

INDEXICALIDADE E DEFINITUDE. SOBRE OS DETERMINANTES DEFINIDOS EM PORTUGUÊS MEDIEVAL

Sarah BÜRK¹⁶

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o uso dos determinantes definidos em português medieval. Os procedimentos seguidos no trabalho para analisar o emprego dos determinantes definidos são os seguintes: num primeiro passo, apresentarei considerações teóricas sobre a noção de definitude e a função semântica dos determinantes definidos em português contemporâneo. Num segundo passo, definirei os métodos e os critérios da análise seguindo a tipologia da teoria dos conceitos nominais e da determinação elaborada por Löbner (2011) desde um ponto de vista universal. Num terceiro passo, apresentarei os resultados da análise de um corpus de amostra de português medieval. O uso dos determinantes definidos em português medieval corresponde basicamente ao uso previsto pela teoria de Löbner (2011).

PALAVRAS-CHAVE: sintagma determinativo; português medieval; artigo definido; demonstrativo; possessivo

1. Introdução

Os determinantes definidos são geralmente definidos como elementos funcionais que funcionam como regentes de sintagmas determinativos e que têm como complementos sintagmas nominais aos quais conferem o valor discursivo e pragmático de definitude (Longobardi, 2008). Sob o término de definitude considera-se uma categoria gramatical que se manifesta no âmbito da determinação nominal por meio dos determinantes definidos, isto é, o artigo definido, o artigo demonstrativo e o artigo possessivo (Lyons, 1999). Em função de elementos funcionais os determinantes definidos não são destinados a evocarem objetos ou classes de objetos imaginados ou reais e existentes fora do universo linguístico, tal como os substantivos, mas carecem de

16 LMU München/KU Eichstätt, Universitätsallee 1, D-85072 Eichstätt, Alemanha, SarahBuerk@gmail.com

conteúdo descritivo próprio e têm como objetivo estabelecer a construção referencial dos sintagmas nominais aos quais precedem. Os determinantes definidos desempenham, porém, a função de atualizadores da descrição categórica expressa pelos sintagmas nominais que introduzem. Assim, servem para converter o ser não referenciado, virtual e genérico denotado pelo sintagma nominal em um ser referenciado, individual, existente e inequivocamente identificável no contexto discursivo ou situacional.

Embora se confirme, ou seja, se suponha a existência de demonstrativos e possessivos em posição adnominal em todas as línguas que existem, apenas um número reduzido das línguas no mundo dispõe de um artigo definido. Entre as 620 línguas registradas no *World Atlas of Language Structure* apenas 308 línguas examinadas contam com um artigo ou afixo definido próprio (Dryer, 2013). Do ponto de vista geográfico, destaca que a maior concentração de línguas revestidas de um artigo definido próprio se encontra na África central, no Pacífico, na América central e na parte oeste da Europa (Dryer, 2013).

Em termos sintáticos, as línguas sem artigo definido próprio, tal como o latim, diferem das línguas com artigo definido próprio, tal como as línguas romances, apenas quanto à realização da cabeça funcional do sintagma determinativo. Enquanto for ausente um artigo demonstrativo ou possessivo, nas línguas com artigo definido próprio a função determinativa deve ser assumida por um determinante definido morfologicamente transparente. Nas línguas sem artigo definido próprio, ao contrário, a posição determinativa no caso da ausência de artigo demonstrativo ou possessivo é assumida por um elemento morfologicamente não transparente, o chamado artigo nulo, veja-se Longobardi (2008). Na criação de um artigo definido morfologicamente transparente, os pronomes demonstrativos de valor distal servem como fonte privilegiada (Lyons, 1999; Diessel, 1999). Assim também os artigos definidos das línguas romances, excepto o sardo, derivam do demonstrativo distal latim *ille* que não só dá origem aos artigos definidos, mas continua também como pronome demonstrativo distal reforçado pelo dêictico *eccum* em *aquele* (Ledgeway, 2012).

Tanto o estudo da evolução diacrónica do artigo possessivo e dos artigos demonstrativos como o estudo da emergência do artigo definido em tardo-latim e da sua subsequente evolução nas línguas romances tem sido objeto de inúmeras pesquisas, entre outras cabem destacar as publicações mais recentes de Galves (2008), Ledgeway (2012), Rinke (2010). Entretanto, fazem falta as pesquisas dedicadas propriamente às funcionalidades dos determinantes definidos de um ponto de vista histórico e

contrastivo e, isto, em especial, nas variedades históricas do português. A fim de promover a descrição linguística do sistema determinativo em português medieval, esta contribuição tem como objetivo analisar e contrastar a configuração do sistema dos determinantes definidos em português medieval à base de um corpus exemplar de hagiografias portuguesas medievais. Por este motivo, apresentarei na primeira secção considerações teóricas sobre a noção de definitude e a função semântica dos determinantes definidos em português contemporâneo. Na terceira secção, definirei os métodos e os critérios da análise seguindo a tipologia da teoria dos conceitos nominais e da determinação elaborada por Löbner (2011). Na quarta secção, apresentarei, então, os resultados da análise de um corpus de amostra de português medieval. E, finalmente, na quinta secção, acabarei por concluir a análise e sugerir futuras linhas de pesquisa.

2. Considerações teóricas

Como já foi aludido, nas línguas romances modernas, o artigo definido, os artigos demonstrativos e o artigo possessivo são os instrumentos essenciais na construção da referência definida. Assim, tanto o artigo definido como os artigos demonstrativos e o artigo possessivo servem para marcar a definitude do sintagma nominal que introduzem. Isto é, indicam que o complemento nominal introduzido por eles refere a uma única entidade determinada e específica no mundo extralingüístico, e que esta entidade única, determinada e específica é inequivocamente identificável, tanto por meio da informação categórica designada no sintagma nominal complemento do determinante definido como por meio do contexto pragmático dado.

Embora os determinantes definidos partilhem a função de indicadores de definitude, e, deste modo, de indicadores de identificabilidade e construtores de referência, variam nas formas de estabelecer a referência específica e definida dos sintagmas nominais que introduzem. A fim de determinar as diferenças funcionais entre o artigo definido, o artigo demonstrativo e o artigo possessivo, consideramos os seguintes exemplos (1-2):

(1) A Maria e o João estão a jantar em casa. A Maria diz:

a. Ô João, chega-me aí *o vinho*. Que estou a morrer de sede.

b. Ô João, chega-me aí *este vinho*. Que quero experimentar o branco primeiro.

c. Ô João, chega-me aí *o teu vinho*. Quero ver se é mesmo tão bom como dizes.

(2) a. *Ô João, chega-me aí *o vinho e o vinho*.

b. Ô João, chega-me aí *este vinho e esse vinho*.

c. *Ô João, chega-me aí *o teu vinho e o teu vinho*.

d. Ô João, chega-me aí *o teu vinho e o meu vinho*

O artigo definido no sintagma determinativo *o vinho* em (1a) expressa não apenas que o referente designado por *vinho* é inequivocamente identificável por parte do interlocutor, mas também que, na dada situação comunicativa, existe um único referente relevante ao qual convém a designação nominal *vinho*, vejam-se Löbner (2011) e Mira Mateus (1983). Em consequência do valor semântico de unicidade, geralmente atribuído ao artigo definido, explica-se também a impossibilidade de introduzir dois referentes da mesma designação categórica mediante um sintagma determinativo encabeçado por artigo definido, veja-se a agramaticalidade do exemplo em (2a), também Löbner (2011). Assim, o artigo definido sugere uma identificabilidade inequívoca preestabelecida da entidade referida e serve, portanto, para a expressão do sentido básico da noção de definitude.

O sintagma determinativo introduzido pelo artigo demonstrativo *este vinho* em (1b), porém, não requer uma interpretação referencial sujeita ao valor de unicidade, tal como visto em (1a). Ao contrário do artigo definido e em consequência do seu valor deítico, os artigos demonstrativos transmitem uma noção de contraste entre o referente real considerado pelo locutor e outros possíveis referentes do sintagma determinativo respectivo (veja Löbner, 2011; Lyons, 1999). Os artigos demonstrativos indicam, portanto, que existem várias entidades correspondentes à designação categórica expressa pelo sintagma nominal concorrentes no contexto pragmático atual e que cabe ao interlocutor descobrir a entidade referida precisamente considerada pelo locutor. Assim, os artigos demonstrativos podem também ser usados para referir a duas entidades distintas designadas mediante a mesma noção categórica, como se mostra no exemplo (2b) (Löbner, 2011).

Ao contrário do artigo definido, os artigos demonstrativos não expressam, então, a unicidade categórica do referente designado e não garantem, daí, a identificabilidade

inequívoca deste último. Em função de signos indexicais, os artigos demonstrativos indicam, porém, que o locutor está em contacto directo com o referente designado e que este contacto directo entre o locutor e a entidade designada destaca a entidade referida considerada como única para com as demais entidades referentes possíveis. Os artigos demonstrativos, portanto, não expressam a unicidade e, assim, a identificabilidade inequívoca preestabelecida da entidade referida, senão servem para expressar uma unicidade que nasce da relação deíctica entre o locutor e a respectiva entidade. De este modo, representam o referente designado como um representante categórico de relevo em contraste com os demais representantes da categoria expressa pelo sintagma nominal complemento, sejam estes últimos presentes na situação discursiva ou não. Concretamente no caso do exemplo (1b), o locutor pode empregar o artigo demonstrativo ou devido ao facto de haver de facto dois vinhos diferentes na mesa ou simplesmente a fim de captar a atenção do interlocutor e de dirigi-la para a entidade correspondente. De este modo, os artigos demonstrativos atribuem uma relevância epistémica de grão maior ao seu referente discursivo que o artigo definido, logrando daí um efeito de destaque (Kaplan, 1989).

Tal como os artigos demonstrativos, os artigos possessivos são considerados expressões indexicais. Semelhantes à funcionalidade dos artigos demonstrativos, os artigos possessivos asseguram, portanto, a identificabilidade inequívoca do referente designado pelo sintagma determinativo encabeçado por eles por indicarem uma relação directa entre a entidade referida com uma outra entidade possensora desta primeira entidade referida. No caso dos sintagmas determinativos encabeçados por artigos demonstrativos a referência se estabeleça mediante a ligação entre o locutor e a entidade designada e, em especial em português, a sua posição no espaço físico para com ele.

Os artigos possessivos, porém, podem construir a referência a partir de qualquer entidade, correspondente ou não ao locutor, que está em relação com a entidade referida e mediante a qual a entidade referida pode ser identificada. Assim, no exemplo (1c) o sintagma determinativo *o teu vinho* serve para designar um referente da categoria *vinho* que está ligado ao interlocutor, por estar possuído por ele, por estar situado perto dele ou por ter sido objeto do seu discurso, veja-se Celso/Cunha (1983). Semelhante ao artigo definido, os artigos possessivos não podem introduzir várias entidades da mesma noção categórica enquanto estas forem ligadas à mesma entidade possensora, como ilustra a agramaticalidade do exemplo (2c), veja (Löbner, 2011). De modo semelhante aos artigos demonstrativos, porém, os artigos possessivos podem introduzir uma

segunda entidade da mesma noção categórica caso esta última for ligada a outra entidade possesora que não a primeira, veja-se *o meu vinho e o teu vinho* no exemplo (2d).

Embora os artigos definidos expressem nada mais que o valor de definitude, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos articulam, além do valor de definitude, um valor indexical. Por este motivo, tanto os artigos demonstrativos como os artigos possessivos podem ser considerados, então, determinantes definidos marcados semanticamente em comparação com o artigo definido, que não tem valor indexical. Ainda, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos podem ser agrupados sob o término de *artigos deíticos*, tal como proposto por Mira Mateus et al. (1983). Para além do nível semântico, a função dupla dos artigos deíticos reflete-se nas estruturas e possibilidades sintáticas do português. Assim, no português europeu, os artigos possessivos estão obrigatoriamente acompanhados pelo artigo definido, como visto em *o teu vinho* em (1c). E, enquanto designarem um referente discursivo tópico, também os artigos demonstrativos podem co-ocorrer com o artigo definido, veja-se *o livro esse* no exemplo (3).

(3) Já li *o livro esse* no ano passado.

Em consequência do seu valor indexical, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos indicam de forma explícita que os valores de unicidade e de identificabilidade inequívoca que atribuem à entidade referida por eles se limitam ao contexto linguístico atual ou descrito. Embora a unicidade atribuída à entidade referida pelo artigo definido também esteja submetida ao contexto linguístico, caso se combine com um substantivo comum como *vinho* em (1a) que não denota uma entidade inerentemente única, o artigo definido não comunica a limitação deítica de forma explícita.

Como resultado da relação indexical expressa entre a entidade referida e o locutor, no caso dos artigos demonstrativos, ou entre a entidade referida e uma outra entidade relacionada com esta primeira, como no caso dos artigos possessivos, os artigos deíticos tornam visível a dimensão subjetiva e o caráter contingente de cada enunciação, vejam-se os exemplos (4) para o artigo demonstrativo e o exemplo (5) para o artigo possessivo.

(4) a. *Aquele João* pensa que o mundo gira à volta dele.

b. Meu pobre coração, *nessa eterna ansiedade*,

Nesse eterno sofrer, eterno arrastaria

Esta triste, esta longa, esta eterna saudade.

(Mário Pederneiras, *LSMV*, p. 53) (Celso; Cunha, 1986:333)

(5) *O teu João é mesmo um convencido.*

Deste modo, os artigos demonstrativos e os artigos possessivos podem servir, ao contrário do artigo definido, para tornar visível o locutor e, portanto, para destacar a subjetividade inerente a cada enunciação. Por isso, os artigos deíticos podem comunicar valores subjetivos de diferente índole e, assim, tornar o discurso mais expressivo. Como visto anteriormente, os demonstrativos em (4) produzem um efeito de sinalização que o artigo definido não poderia expressar.

3. Método

Antes de começar a própria análise das funções semânticas dos artigos definidos em português medieval, é preciso definir os métodos e os critérios básicos da análise. Os determinantes definidos estão, maioritariamente, considerados na sua dimensão pragmática, analisando sobretudo as funcionalidades diferentes do artigo definido e do artigo demonstrativo, vejam-se por exemplo, de um ponto de vista global, as teorias de Ariel (1990) e de Gundel et al. (1993) sobre os diferentes graus de acessibilidade referencial designada pelas distintas formas referenciais e as teorias respeitante à funcionalidade pragmática dos determinantes demonstrativos de Himmelmann (1996) e Levinson (2004), veja-se também a discussão do exemplo (4).

No entanto, os determinantes definidos manifestam claras diferenças nas suas respectivas preferências no que se refere aos tipos nominais com os quais se combinam, como demonstrado por Fraurud (1996) e, recentemente, elaborado na teoria dos conceitos nominais e da determinação nominal (*concept type and determination theory*) por Löbner (2011), cujas categorias vamos aplicar à seguinte análise dos determinantes definidos em português medieval. A partir de um ponto de vista semântico, Löbner (2011) elabora uma tipologia funcional da interação dos determinantes nominais com a semântica lexical dos nomes que introduzem. A teoria de Löbner (2011) parte da ideia que se podem distinguir quatro tipos lexicais básicos no âmbito dos nominais. Os

chamados conceitos nominais dividem-se em (i) *nomes genéricos*, (ii) *nomes individuais*, (iii) *nomes relacionais* e (iv) *nomes funcionais*.

Sob o término de (i) *nomes genéricos* agrupam-se nomes comuns que caracterizam os seus respectivos referentes em termos de propriedades, como *gato*, *pedra*, *agua* e *escritor* (Löbner 2011:280). Numa dada situação comunicativa os *nomes genéricos* podem referir a várias entidades como portadores da propriedade genérica que designam. Na classe dos (ii) *nomes individuais* agrupam-se nomes para entidades inerentemente únicas (Löbner 2011:281). Num dado contexto comunicativo designam, então, apenas um referente, como entre outros *lua*, *papa* e os nomes próprios. O grupo dos (iii) *nomes relacionais* é composto por nomes que caracterizam os seus referentes em termos de uma relação particular que liga a entidade referida a uma outra entidade possadora (Löbner 2011:281). As relações para com a entidade possadora designadas pelos *nomes relacionais* não são exclusivas à entidade referida, mas podem valer para várias entidades. Assim contam como nomes relacionais os nomes de papéis não-únicos, como *irmão* e *aluno*, os merónimos não-únicos, como *dente* e *ramo*, e nominalizações, como *correr*. Finalmente, tal como os nomes relacionais, os (iv) *nomes funcionais* caracterizam os seus referentes em termos da relação que estes mantêm com uma entidade possadora. Ao contrário dos nomes relacionais, porém, os nomes funcionais designam relações inerentemente únicas para com a entidade possadora. Fazem parte deste grupo merónimos únicos, como *cabeça* e *superfície*, nomes para papéis únicos, como *mãe* e *autor*, nomes para dimensões abstratas de um indivíduo, como *nome* e *cheiro* (Löbner 2011:282).

Löbner (2011) classifica os quatro conceitos nominais básicos conforme à sua respectiva realização positiva ou negativa dos valores semânticos de unicidade e de relacionalidade. Assim, os (ii) nomes individuais e os (iv) nomes funcionais representam conceitos nominais únicos, os (i) nomes genéricos e os (iii) nomes relacionais, porém, conceitos nominais não-únicos. Quanto ao valor de relacionalidade, agrupam-se os (i) nomes genéricos e os (ii) nomes individuais como conceitos não-relacionais e os (iii) nomes relacionais e os (iv) nomes funcionais como conceitos relacionais que precisam da especificação de um possador para construir a referência. Löbner (2011) considera que os valores [\pm unicidade] e [\pm relacionalidade] estão especificados para cada unidade nominal no léxico mental. No entanto, uma forma nominal polissêmica como *mulher* que represente especificações conceptuais diferentes, pode projetar várias entradas lexicais e tipos conceptuais, vejam-se Löbner (2011) e

Brenner et al. (2014). Assim *mulher* pode representar um nome genérico na leitura genérica e um nome funcional na leitura da relação conjugal designada por *mulher* no sentido de *mulher de alguém*.

Löbner (2011) assume que as funções semânticas dos determinantes nominais atuam sobre os tipos conceptuais dos nomes que introduzem. Assim, propõe que cada tipo conceptual define uma ou várias formas de determinação inerentes à respectiva configuração conceptual dos nomes. Denomina-se, então, *determinação congruente* o facto de um nome estar determinado por um determinante nominal que está em sintonia com o tipo conceptual básico do nome que acompanha.¹⁷ Consideramos, a seguir, as configurações de determinação congruente no âmbito dos determinantes definidos.

Conforme descrito no procedimento acima, o artigo definido expressa o valor semântico de unicidade e indica, portanto, que a entidade referida pelo sintagma determinativo encabeçado por ele é inequivocamente identificável e única no universo discursivo. Respeitante ao seu valor [+único], o artigo definido está considerado, então, como determinante que está inerente aos conceitos nominais [+únicos] como os nomes individuais e os (iv) nomes funcionais, vejam-se *a lua* em (6ii) e *o pai* em (6iv). No caso do artigo definido, no entanto, é necessário diferenciar entre o uso em singular que expressa, de facto, a unicidade inerente à entidade e o uso em plural no qual o valor de unicidade se perde. O artigo definido em plural, ao contrário, indica tal como os artigos demonstrativos o valor de [-unicidade] da entidade referida e corresponde, portanto, aos conceitos nominais [-únicos] como os nomes genéricos e os nomes relacionais, vejam-se *esta pedra* em (6i) e *este irmão* em (6iv). Em consequência da realização positiva do valor de relacionalidade, os nomes relacionais e os nomes funcionais prevêm também a determinação por um artigo possessivo, vejam-se *a tua mão* em (6iii) e *a minha cabeça* (6iv).

(6) *determinação congruente*

- (i) nomes genéricos ✓ artigo demonstrativo, artigo definido pl
p. ex. *Encontrou esta pedra.*
- (ii) nomes individuais ✓ artigo definido sg
p. ex. *A lua está a brilhar.*

¹⁷ Embora Löbner (2011) integre na sua teoria também os determinantes indefinidos e quantificadores, restrinjo-me nesta contribuição conforme ao propósito do estudo apenas das funções dos determinantes definidos.

(iii) nomes relacionais ✓ artigo demonstrativo, artigo possessivo, artigo definido pl

p. ex. *Este irmão do Pedro vai à Itália.*

(iv) nomes funcionais ✓ artigo definido sg, artigo possessivo

p. ex. *O pai do Pedro é muito alto.*

Designa-se, porém, pelo termo *determinação incongruente* o facto de um nome for determinado por um determinante não inerente à sua configuração conceptual (Löbner, 2011). Assim, determinação incongruente surge quando nomes [+únicos] como os nomes individuais e os nomes funcionais estiverem determinados por um determinante nominal [-único] como o artigo demonstrativo, vejam-se *esta lua* em (7ii) e *este pai* em (7iv). No caso dos nomes [-únicos] e [-relacionais] como os nomes genéricos, porém, o artigo definido, em consequência do seu valor [+único], e o artigo possessivo, em consequência do seu valor [+relacional] funcionam como determinantes incongruentes, vejam-se *a pedra* em (7i) *o irmão* em (7iii).

No que diz respeito aos nomes relacionais, no entanto, apenas o artigo definido conta como determinante incongruente, como *o irmão* em (7iii). Em consequência da realização positiva do valor semântico de relacionalidade, o artigo possessivo não pode ser classificado como determinante incongruente à configuração conceptual dos nomes relacionais, embora nenhum deles é [+único]. Não conta como determinação incongruente se o complemento possessor dos nomes [+relacionais] for saturado de forma directa por meio de um complemento preposicional, de um possessor externo ou de um referente discursivo não directamente ligado ao sintagma determinativo designando o possuído, como no caso da anáfora associativa.

(7) *determinação incongruente*

(i) nomes genéricos artigo definido, artigo possessivo

p. ex. *Encontrou a pedra do Pedro. / Toma a minha caneta.*

(ii) nomes individuais artigo demonstrativo, artigo possessivo, artigo definido pl

p. ex. *Esta lua está bem vermelha. / O meu deus é o teu deus.*

(iii) nomes relacionais artigo definido sg

p. ex. *O irmão do Pedro vai à Itália.*

(iv) nomes funcionais artigo demonstrativo, artigo definido pl

p. ex. *Este pai já ligou ontem. / Os pais vão buscar os filhos às quatro da tarde.*

Em consequência da incongruência semântica dos determinantes para com os nomes introduzidos por eles, como visto em (7i-iv), efetua-se uma modificação da configuração conceptual do nome conforme a semântica do determinante aplicado. Consideramos, a seguir, os tipos de modificação produzidos pelos determinantes definidos em questão. Conforme ao seu conteúdo semântico, o artigo definido singular acrescenta aos conceitos nominais [-únicos], o valor de [+unicidade]. Se um nome genérico, então, for determinado por um artigo definido, transforma-se em um nome individual (8ia). No entanto, se um nome relacional for determinado por um artigo definido, transforma-se em um nome funcional (8iii). O artigo possessivo, portanto, não apenas acrescenta o valor de [+unicidade], mas também de [+relacionalidade]. Assim, se um nome genérico for determinado por um artigo possessivo, transforma-se em um nome funcional (8ib). Aos nomes individuais, porém, o artigo possessivo acrescenta apenas o valor de [+relacionalidade], o que produz um nome funcional (8iib). O artigo demonstrativo e o artigo definido em plural, ao contrário do artigo em definido singular e do artigo possessivo, anula a marcação positiva dos tipos nominais [+únicos]. De este modo, um nome individual determinado por artigo definido em plural ou artigo demonstrativo transforma-se em um nome genérico (8iia-b), um nome funcional em um nome relacional (8iv).

(8) *modificações de tipo conceptual no âmbito dos determinantes definidos*

<i>input</i>	<i>determinação</i>	<i>output</i>
(i) a. nome genérico	artigo definido sg	conceito individual
b. nome genérico	artigo possessivo	conceito funcional
(ii) a. nome individual	artigo definido pl	conceito genérico
b. nome individual	artigo demonstrativo	conceito genérico
c. nome individual	artigo possessivo	conceito funcional
(iii) nome relacional	artigo definido sg	conceito funcional
(iv) a. nome funcional	artigo definido pl	conceito relacional
b. nome funcional	artigo demonstrativo	conceito relacional

Além do mais, é necessário considerar que, conforme a teoria de Löbner (2011), a determinação congruente corresponde ao uso básico dos nomes, enquanto que a

determinação incongruente apresenta um uso derivado ou marcado tanto dos nomes como dos determinantes nominais. Esta hipótese é corroborada a validade de uma análise de corpus por Horn e Kimm (2014) demonstrando que o uso de nomes com determinantes congruentes à respectiva configuração conceptual é significativamente maior ao uso de nomes introduzidos por determinantes incongruentes à respectiva configuração semântica, vejam-se para os valores exactos Löbner (2011) e Horn/Kimm (2014). Além disso, um estudo psicolinguístico de Brenner et al. (2014) confirma que os usos congruentes dos nomes estão processados significativamente mais rápido que os usos incongruentes da parte do receptor.

Levanta-se aqui a questão de se as categorias estabelecidas por Löbner (2011) podem contribuir a um conhecimento mais profundo da função dos determinantes definidos em português medieval e de se podem abrir novas linhas na investigação do sintagma determinativo. A fim de se aproximar das questões aqui formuladas e de obter uma amostra do uso real dos determinantes definidos em português medieval, é necessário consultar um corpus de português medieval. Para adquirir uma visão sincrónica e integradora da funcionalidade semântica dos determinantes definidos em português medieval, foram escolhidas duas hagiografias intituladas *A vida de Tarsis* e *A visão de Tíndalo* datadas do século treze que formam parte do manuscrito alcobacense de vidas de santos e que são disponibilizados pelo *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Dos dois textos examinados foram recolhidos todos os sintagmas determinativos que têm como determinante um artigo definido, um artigo demonstrativo ou um artigo possessivo. Assim, constitui-se uma base de dados de um total de 1093 sintagmas determinativos.

4. Análise

Num primeiro passo, os sintagmas determinativos recolhidos no *CIPM* foram anotados manualmente com informações sobre o tipo de determinante definido que encabeça o sintagma. Conforme os critérios funcionais e estruturais foram distinguidos os seguintes tipos: primeiro, o artigo definido distinguindo aí, conforme à sua diferença funcional, entre (i) o artigo definido em singular e (ii) o artigo definido em plural; segundo, os artigos possessivos distinguindo aí, conforme à respectiva diferença

estrutural, entre (iii) o possessivo simples e (iv) o possessivo composto que inclui o artigo definido; e, terceiro, os artigos demonstrativos distinguindo aí entre (v) o demonstrativo proximal, (vi) o demonstrativo medial e (vii) o demonstrativo distal.

Como se pode ver no gráfico 1, mais de dois terços dos sintagmas determinativos recolhidos estão encabeçados por um artigo definido, o que corresponde a um total de 68% das ocorrências. Entre os 740 artigos definidos encontrados predominam os artigos definidos em singular com 497 ocorrências em comparação com 243 ocorrências com artigo definido em plural.

Gráfico 1. Frequência por tipo de determinante definido

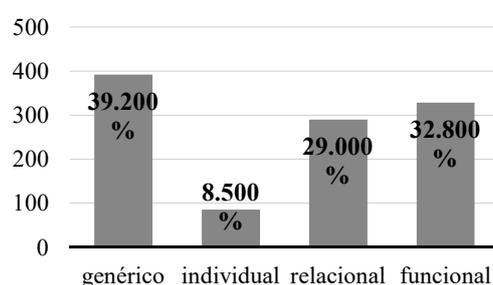
				número de ocorrências
definido	740 (68%)	singular	o, a	496
		plural	os, as	244
possessivo	212 (19%)	simples	meu(s), minha(s), etc.	116
		composto	o(s) meu(s), a(s) minha(s), etc.	96
demonstrativo	141 (13%)	proximal	este/os, esta(s)	87
			aqueste/os, aquesta(s)	2
		medial	esse/os, essa(s)	1
		distal	aquele/os, aquela(s)	51
Σ	1093	(100%)		

Se bem que ocupem uma posição muito distante do artigo definido, os artigos possessivos atingem a segunda maior frequência com um valor de 19% das ocorrências em total. Das 212 ocorrências encontradas aparecem 96, aproximadamente a metade das ocorrências, com artigo definido. Por último, constata-se no gráfico 1 que os artigos demonstrativos são os determinantes definidos com menos frequência entre os determinantes definidos no corpus, com um total de 13% das ocorrências. A maioria das 141 ocorrências dos artigos demonstrativos é constituída pelo demonstrativo proximal com 89 ocorrências, das quais duas correspondem à forma medieval *aqueste* que provem de uma univerbação do elemento deítico *eccum* e do demonstrativo *iste*. Em segundo lugar, figuram os demonstrativos distais com 51 ocorrências. Quanto aos demonstrativos mediais, apenas uma ocorrência foi recolhida.

Num segundo passo, os nomes cabeça dos sintagmas nominais complemento dos sintagmas determinativos recolhidos foram anotados com informações sobre os

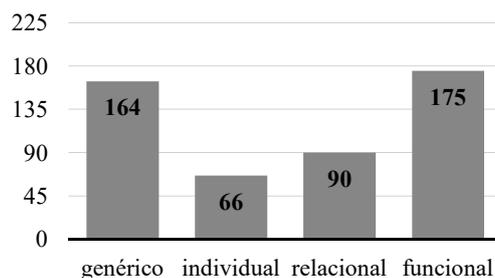
respectivos tipos nominais conforme às categorias estabelecidas por Löbner (2011), veja-se o terceiro parágrafo. 39% dos sintagmas determinativos, ou seja, 392 dos 1093 sintagmas em total, têm como complemento um *nome genérico*, veja-se o gráfico 2. Com pouca diferença, em segundo lugar encontram-se os *nomes funcionais* com 33% (328 ocorrências), seguidos com pouca distancia pelos *nomes relacionais* com um total de 29% (290 ocorrências). Igualmente como previsto por Löbner (2011), os *nomes individuais* são, com um total de 9% (85 ocorrências), o tipo mais raro no corpus examinado.

Gráfico 2. Frequência por tipo nominal



Uma vez anotados os sintagmas determinativos recolhidos com informações tanto sobre o tipo de determinante definido aplicado como sobre o tipo nominal básico, podemos começar a própria análise das funções dos determinantes definidos em português medieval. Quando for questão de experimentar se as categorias de Löbner (2011) podem contribuir a um conhecimento mais profundo do sistema determinativo em português medieval, é preciso interrogar a nossa base de dados, num primeiro passo, sobre as respectivas preferências dos diferentes determinantes definidos no que diz respeito ao tipo nominal do nome determinado por ele. Examinamos primeiro a distribuição dos tipos nominais em combinação com o artigo definido, vejam-se o gráfico 3 para o artigo definido em singular. Para os artigos definidos em singular, em consequência da sua realização positiva do valor de unicidade, Löbner (2011) prevê uma frequência maior de uso com os tipos nominais [+únicos], tal os *nomes individuais* e os *nomes funcionais*. Embora esta observação se verifique no caso dos *nomes funcionais*, que são, de facto, o tipo nominal mais frequente em combinação com o artigo definido em singular com 175 das ocorrências, não se verifica, portanto, com os *nomes individuais* que se encontram em apenas 66 casos com artigo definido e figuram, assim, no último lugar, vejam-se os exemplos em (9).

Gráfico 3. Frequência do definido singular por tipo nominal



(9) a. E o *firmamêto*_{individual} era como ceo sobre as suas cabeças muy fremoso. (*A visão de Túndalo* fol.134v.)

b. E entõ apareceo aly a vaca muy brava ã guisa que non querya per nêhũa entrar pella ponte. Enpero ouve-*a* de tomar *ao pesçoço*_{funcional}. e ãntrou cõ ella pella ponte. (*A visão de Túndalo* fol.127v.)

A segunda maior frequência atinge, no entanto, os *nomes genéricos* com um valor de 164 ocorrências com artigo definido em singular, embora esta combinação conte como determinação incongruente. Aplicando o artigo definido com conceitos nominais que não designam entidades inerentemente únicas, mas propriedades, como os *nomes genéricos* e os *nomes relacionais*, o locutor convida o interlocutor a construir um objeto da propriedade categórica expressa pelo sintagma nominal como determinada e única no universo de discurso, explicando-se esta unicidade por meio do contexto discursivo, como no caso dos sintagmas definidos anafóricos, como *o asno* em (10a), ou não, como no caso dos sintagmas determinativos não-anafóricos, como *todo o çilição* em (10b) e *o altar* em (10c).

(10) a. vinha e passou perdante elles hũa jogressa da çidade de Antiochia [...] ã cima de *hũũ asno*_i, ornada e affectada de muitos e grandes nobres ornamentos e sobre ella nom parecia, se nom ouro e pedras margaritas preçiosas e de gram vallor. [...] E quando os bispos, ã cima *do asno*_i cõ a cabeça descuberta e cõ tanta põpa e soberva a viram passar [...] tornarom suas façes e seus rrostros atras (*Vida de Tarsis* fol.75r.-75v.)

b. E o bispo Nono outra vez tornou sua face sobre seus giolhos, cõ grande desejo sospirando e chorando ferindo seus pectos; *todo o çilição de que era vestido* de suas lagrimas era molhado (*Vida de Tarsis* fol.75v.)

c. vy ã cabo *do*_{def sg} *altar*_{genérico} hũa põõba de collar negra e chea e çercada de muita çugidade e fedor, o qual fedor e çugidade eu nom podia soffrer (*Vida de Tarsis* fol.77r.)

Na distribuição dos determinantes definidos que indicam [-unicidade] inerente das entidades referidas, como o artigo definido em plural e os artigos demonstrativos, no entanto, constata-se uma clara preferência para os conceitos nominais [-únicos], como previsto por Löbner (2011), vejam-se o gráfico 4 para o artigo definido em plural e o gráfico 5 para os artigos demonstrativos. Assim, tanto na distribuição do artigo definido em plural como dos artigos demonstrativos, os *nomes genéricos*, com 105 ocorrências com o artigo definido em plural e 78 com os artigos demonstrativos, e os *nomes relacionais*, com 95 ocorrências com o artigo definido em plural e 43 com os artigos demonstrativos, são os tipos nominais mais frequentes, vejam-se os exemplos em (11).

Gráfico 4. Frequência do definido plural por tipo nominal

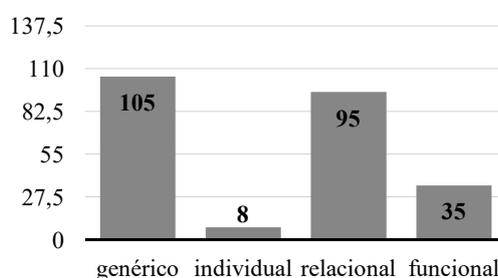
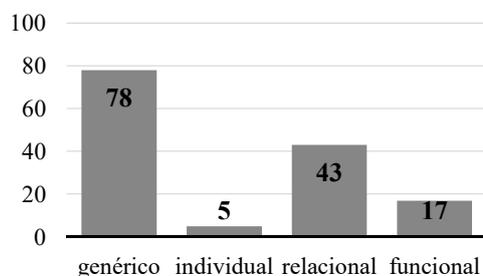


Gráfico 5. Frequência dos artigos demonstrativos por tipo nominal



(11) a. Eu andava per todos *os*_{def pl} *mosteyros*_{genérico} pera veer e visitar todos *os*_{def pl} *padres*_{genérico} e hirmãos e receber deles beencom e em todos os mosteyros era muy gran fama de dom Payo monje. (*Vida de Tarsis* fol.82r.)

b. quando virõ aquello espantarõ-sse muito e el abryo *os*_{def pl} *olhos*_{relacional} e começou de oolhar (*A visão de Túndalo* fol.124r.)

c. Rogo-te que me digas de quaes he *esta*_{dem} *folgança*_{relacional} tamanha e *este*_{dem} *lugar*_{genérico} tam bóó. firmamêto e *esta*_{dem} *fonte*_{genérico} como ha nome. (*A visão de Túndalo* fol.132r.)

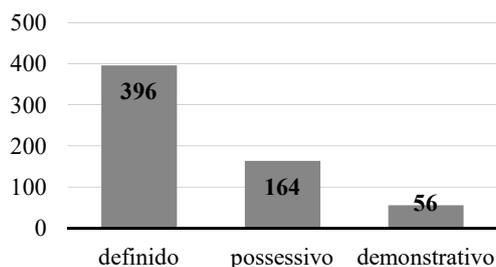
Os tipos nominais [+únicos] que demonstram determinação incongruente com o artigo definido em plural e os artigos demonstrativos são claramente os tipos nominais menos frequentes nos gráficos 4 e 5. Os *nomes individuais* com 8 ocorrências com o artigo definido em plural e 5 ocorrências com os artigos demonstrativos representam valores ainda mais baixos para os *nomes funcionais* que contam 35 ocorrências com o artigo definido em plural e 17 ocorrências com os artigos demonstrativos. Como visto no comentário dos exemplos (7), os determinantes definidos [-únicos] produzem uma alteração na configuração do nome, vejam-se os exemplos em (12). Os artigos demonstrativos, além disso, produzem um efeito chamativo, transformando um nome inerentemente único, como o nome próprio *aquel Lucifel* em (12b) em um nome não inerentemente único.

(12) a. E entõ começarõ de andar e viron grande espanto de teebras. e ouvirõ tam grande volta que semelhava que *todollos*_{def pl} *firnamêtos*_{individual} → genérico *da terra* se moviã. (*A visão de Túndalo* fol.129v.)

b. E *aquel*_{dem} *Lucifel*_{individual} → genérico era atam grande que sobejava per todallas outras bestas em grandeza. (*A visão de Túndalo* fol.131r.)

Na distribuição dos artigos possessivos os nomes [+relacionais] e, portanto, inerentemente determinados pelos artigos possessivos estão muito à frente dos tipos nominais [-relacionais]. No primeiro lugar da hierarquia figuram, os *nomes funcionais* com 100 ocorrências, seguidos pelos *nomes relacionais* com 64 ocorrências, vejam-se *sseu rostro* em (13) como exemplo para os *nomes funcionais* e *aos seus amados* como exemplo para os *nomes relacionais*. Os *nomes genéricos* e os *nomes individuais*, tal como previsto por Löb-ner (2011), são os tipos nominais menos frequentes com 43 ocorrências para os primeiros e apenas 5 ocorrências para os segundos. Com os tipos nominais [-relacionais], porém, os artigos possessivos impõem o valor de relacionalidade, indicando que a entidade referida é inequivocamente identificável por estar ligada à entidade possessoria expressa pelo artigo possessivo, veja-se o *ssua camara* em (13).

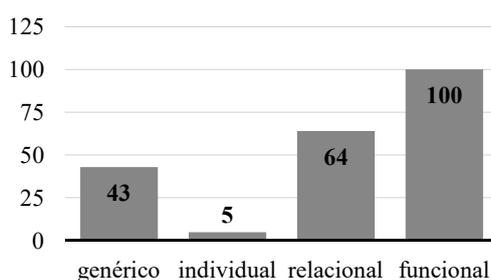
Gráfico 6. Frequência dos artigos possessivos por tipo nominal



(13) Quantas horas pensades que esta molher está dentro ã *ssua*_{poss} *camara*_{genérico}—
>relacional, ã sse ornamentar e affectar, lavando e affremosentando *seu*_{poss} *rrostro*_{funcional},
untando-o de muitos e desvayrados unguêtos pera seer desejada de todos e parecer bẽ ao
mundo e nõ seer nem parecer torpe e fea *aos*_{def} *seus*_{poss} *amados*_{relacional}, que oje pareçẽ e
cras nõ som? (*Vida de Tarsis* fol.76r.)

Tendo em conta o facto de os complementos possessores dos tipos nominais inerentemente [+relacionais] terem de estar saturados para poder estabelecer a referência definida, levanta-se aqui a questão de quais são as estruturas de complementação da entidade possensora caso não forem complementados com artigo possessivo. Como visto nos gráficos 3 a 5, os tipos funcionais ocorrem também em grande número com o artigo definido e os artigos demonstrativos determinantes que não especificam a relação com uma entidade possensora, veja-se no gráfico 7 a distribuição dos tipos nominais [–relacionais], tais os *nomes relacionais* e os *nomes funcionais*.

Gráfico 7. Frequência dos tipos nominais [+relacionais] por tipo de determinante



Tal como no português contemporâneo, além do artigo possessivo, o complemento relacional dos conceitos nominais [+relacionais] pode ser especificado por meio de um possessor externo, de um sintagma preposicional complemento, como *o imiigo da humanal linhagem* (14a), de um adjetivo relacional, como *humanal linhagem* (14a) ou de uma anáfora associativa, como *pellas paredes* em (14b).

(14) a. e agora anda e amostrar-té-éy o *imiígo da humanal linhajem* (*A visão de Túndalo* fol.130v.)

b. E seram atam sotíís que entrará *nas casas* ainda que as portas estem çarradas. assi como Jhesu Cristo entrou *aos apóstollos*_{possessor} estando aas portas çarradas. Trespassarom *pellas*_{def} *paredas*_{relacional} tam sotilmente como o são da palavra. (*A visão de Túndalo* fol. 136v.)

c. O santo bispo Nono per forca a fez levantar de terra e lhe disse: - [Os sanctos canones e decretos dizem que nenhũa meretriz e molher publica nom deve de seer baptizada se nom der fiadores que nũa mais use de maos pecados nẽ se envolva em eles.]; E ela quando esto ouvio outra vez se lancou ã terra e com muyta[s] lagrimas e sospiros e grandes vozes disse: - Tu daras razom e cõto da mynha alma a Deos, e os meus pecados e maldades a ty seer[a]m tornados se me nom baptizares. Porque muyto temo *esta tardanca*_i que fazes em me baptizar (*Vida de Tarsis* fol.78v.-79r.)

No exemplo (14c), no entanto, o complemento relacional de *tardanca* não apenas é especificado por meio da frase completiva *que fazes em me bautizar*, mas também por meio de uma ligação deítica com o discurso precedente que expressa a hesitação do bispo Nono para com o baptizado da Tarsis estabelecida pelo artigo demonstrativo *esta*.

5. Discussão final

O estudo mostrou que as funções semânticas dos determinantes definidos em português medieval no corpus de amostra correspondem às funções previstas pela tipologia de Löbner (2011). Para obter um conhecimento mais profundo do uso dos determinantes definidos em português antigo seria, em um próximo passo, necessário ampliar tanto os critérios de análise como o corpus analisado. Uma ampliação dos critérios de análise incluindo tanto a diferenciação por classes nominais (tal a diferenciação entre concreto e abstrato, *mass* e *count*) possibilitaria assim mesmo matizar melhor o uso dos determinantes definidos em português medieval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariel, Mira. 1990. *Accessing noun phrase antecedents*. London: Routledge.
- Bernstein, Judy. 2008. Reformulating the determiner phrase analysis. *Language and linguistics compass*, n.º2. p. 1246-1270.
- Brenner, Dorothea; Indefrey, Peter; Horn, Christian; Kimm, Nicolas. 2014. Evidence for four basic noun types from a corpus-linguistic and a psycholinguistic perspective. In: Doris Gerland; Christian Horn; Anja Latrouite; Albert Ortman (Org.). *Meaning and Grammar of Nouns and Verbs*. Düsseldorf: dup. p. 21-48.
- Chambelland Galves, Charlotte Marie. 2008. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do Português*. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas.
- CIPM - Corpus informatizado do português medieval. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 16 ag. 2015.
- Cunha, Celso; Cintra, Luís F. Lindley. 1986. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Diessel, Holger. 1999. *Demonstratives*. Amsterdão: John Benjamins.
- Dryer, Matthew S. 2013. Definite Articles. In: Matthew S. Dryer; Martin, Haspelmath (Org.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em: <<http://wals.info/chapter/37>>. Acesso em: 14 sept. 2015.
- Fraurud, Kari. 1996. Cognitive ontology and NP form. In: Thorstein Fretheim (Org.). *Referent and reference accessibility*. Amsterdam: Benjamins. p. 65-87.
- Giusti, Giuliana. 1997. The categorial status of determiners. In: Liliane Haegeman (Org.). *The new comparative syntax*. Londres: Longman. p. 95-123.
- Gundel, Jeannette; Hedberg, Nancy; Zacharski, Ron. 1993. Cognitive Status and the Form of Referring Expressions in Discourse. *Language*, n.º69. p. 274-307.
- Ledgeway, Adam. 2012. *From Latin to Romance. Morphosyntactic typology and change*. Oxford: OUP.
- Longobardi, Giuseppe. 2008. Reference to individuals, persons, and the variety of mapping parameters. In: Axel Klinge; Hendrik, Müller (Org.). *Essays on nominal determination*. Amsterdão: John Benjamins. p. 189-211.
- Löbner, Sebastian. 2011. Concept type and determination. *Journal of Semantics*, n.º28. p. 279-333.

Lyons, Christopher 1999. *Definiteness*. Cambridge: CUP.

Mira Mateus, Maria Helena (Org.). 1983. *Gramática portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Rinke, Esther. 2010. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de lingüística galega*, n.º2. p. 121-139.

